

Postulantes ao cargo de governador(a) do Distrito Federal falaram sobre caminhos e soluções a serem adotados por eles, caso eleitos, para evitar grilagem, proteger o meio ambiente, o comércio, os idosos e a economia criativa



Ricardo Cappelli (PSB)



Paula Belmonte (PSDB)



Kiko Caputo (Novo)



Samara Mineiro (UP)

Vou criar uma delegacia especializada no combate à grilagem e implantar um sistema de monitoramento por satélite de todo o território do Distrito Federal. Vamos usar tecnologia, inteligência e fiscalização permanente para identificar rapidamente ocupações irregulares e impedir o avanço da grilagem. Quem se apropriar ilegalmente de terra pública será responsabilizado. Vamos proteger o território do DF e colocar os grileiros na cadeia.

O Estado tem falhado em coibir a grilagem e, ao permitir ocupações irregulares, é parceiro na formação de subcidades e submoradias, depois “oferece” soluções também precárias de regularização, em processos marcados por forte influência de interesses políticos. Além de fiscalizar e coibir, vou promover a oferta de Habitação de Interesse Social (HIS) em áreas preparadas ambientalmente e com infraestrutura básica.

Vamos proteger o Cerrado, recuperar nascentes, matas ciliares e áreas degradadas, além de fortalecer as unidades de conservação e a prevenção aos incêndios. Contra a grilagem, vamos usar inteligência territorial, geotecnologia e fiscalização integrada para identificar ocupações irregulares antes que se consolidem, protegendo as terras públicas e garantindo um crescimento urbano ordenado.

O modo de produção capitalista também coloca em risco a natureza e a vida no planeta. Por isso nosso governo implementaremos: combater o desmatamento ilegal; criar frentes emergenciais de trabalho ambiental, para recuperação, reflorestamento, proteção de nascentes, prevenção de incêndios, manejo de resíduos e adaptação urbana; proibição de agrotóxicos banidos no exterior; coleta seletiva em 100% do DF; combater a grilagem usando também métodos de inteligência para detectar falsificações de documentos cruzando dados de registros antigos.

Ceilândia e Taguatinga precisam de uma ação imediata de revitalização. Vamos começar com um choque de ordem, reforçando o policiamento, a segurança e a limpeza urbana, além de combater os furtos e assaltos que afastam consumidores e prejudicam o comércio. Ao mesmo tempo, vamos transferir o governo para o Centrad. A presença diária de milhares de servidores e usuários dos serviços públicos vai movimentar o comércio, gerar empregos e ajudar a recuperar economicamente toda a região. Na W3 Sul, vamos fazer uma requalificação urbana completa, com mais segurança, limpeza, recuperação dos espaços públicos e estímulo à atividade econômica. O projeto inclui também a passagem do VLT do aeroporto pela avenida.

A solução passa por levar moradia a essas regiões, garantindo movimento, comércio e segurança. Imóveis públicos vazios ou subutilizados devem ser aproveitados também para habitação de interesse social. No Plano Piloto, o tombamento é a referência para os estudos urbanísticos e de mobilidade, revitalizar os centros é também investir em habitação, mobilidade e preservação ambiental.

Vamos requalificar esses centros, recuperar áreas degradadas e valorizar o patrimônio urbanístico e os espaços públicos. A proposta é combinar segurança, iluminação e acessibilidade com ações para fortalecer comércio, serviços, cultura, turismo, economia criativa e mobilidade, devolvendo movimento, empregos e vitalidade a esses centros.

Temos que atuar de forma integrada em várias vertentes, como a mobilidade, urbanismo, segurança, recuperação de imóveis, comércio e cultura. Hoje existem centenas de imóveis vazios e iremos fazer o repovoamento dos centros, transformando em moradia e em instrumentos culturais e esportivos. Em conjunto, melhoraremos a segurança com mais eficiência, com maior número de crimes contra o patrimônio, especialmente o roubo de celulares. Para resolver isso é necessário o fortalecimento da investigação, utilizando inteligência de dados, rastreamento por IMEI e sistemas automatizados, com isso recuperaremos celulares roubados e diminuiremos a receptação e, em consequência, os roubos.

A economia criativa será um dos pilares da nossa estratégia de desenvolvimento. Vamos transformar áreas hoje abandonadas e vazias do DF em polos de inovação e economia criativa, oferecendo incentivos fiscais e apoio econômico para atrair empresas, projetos, instituições e empreendedores. A indústria do século 21 é baseada em inovação, tecnologia, conhecimento e sustentabilidade. Brasília tem capital humano altamente qualificado e enorme potencial nessa área. Nosso papel será criar as condições para transformar esse potencial em novos negócios, empregos e renda.

Vamos tratar a economia criativa como setor estratégico para gerar emprego e renda no Distrito Federal. A proposta é apoiar quem empreende em áreas como audiovisual, música, moda, design, artesanato, gastronomia, games e produção cultural, com qualificação, acesso a crédito e menos burocracia. Também vamos aproximar esses empreendedores da tecnologia, do turismo e dos mercados consumidores, fortalecendo as vocações e os talentos das diferentes regiões do DF.

Vamos fortalecer o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e os instrumentos de financiamento, simplificar o acesso aos incentivos e ampliar os investimentos nas regiões administrativas. Queremos impulsionar audiovisual, música, teatro, dança, literatura, design, artesanato, moda e games, conectando cultura, turismo, inovação e empreendedorismo para gerar emprego e renda.

Precisamos reverter a política de estímulos financeiros que o atual governo promove onde o centro dos recursos são isenções fiscais para grandes empresários e uma migalha para trabalhadores autônomos ou pequenos empresários. Criaremos linhas de microcrédito, para cooperativas e pequenos proprietários com prioridade nas periferias. Fortaleceremos as iniciativas culturais, artísticas feitas por moradores nas periferias e realizado nas suas próprias comunidades.

Vamos ampliar e revitalizar os centros de convivência para idosos em todas as regiões administrativas do DF, criando espaços de integração, lazer, esporte e promoção da saúde. Também vamos oferecer um atendimento de saúde mais adequado e especializado. Vamos criar unidades e serviços especializados, com atenção específica às necessidades da população idosa. A política para os idosos precisa cuidar da saúde, mas também combater o isolamento e garantir qualidade de vida, autonomia e convivência.

Vamos criar o Hospital do Idoso, com atendimento especializado em geriatria e integrado a uma rede de cuidado para o envelhecimento. Essa rede vai conectar as UBSS, equipes de Saúde da Família, atendimento domiciliar, serviços especializados, reabilitação e hospitais, garantindo continuidade do cuidado. Também vamos fortalecer as políticas de proteção, convivência, autonomia e inclusão, para que nossos idosos envelheçam com saúde, dignidade e segurança.

Vamos criar uma Política Distrital de Envelhecimento Saudável e implantar os Centros de Bem Viver e Longevidade, integrando saúde, assistência social, esporte, cultura e convivência. Também vamos ampliar o cuidado domiciliar e a reabilitação, apoiar as famílias e cuidadores e promover mais autonomia e participação para a população idosa.

A lógica capitalista é desumana encara o ser humano como mercadoria e os idosos como mercadoria descartável. Nós iremos reverter essa situação implementando as seguintes ações: Efetivar a Política Nacional de Cuidados; desenvolver uma política de moradia para as pessoas idosas; criar centro de convivência em cada bairro; promover educação no ensino e nas empresas, conforme, art. 22 do Estatuto da Pessoa Idosa, promovendo o respeito, preparando para o envelhecimento e, evitando violências contra as pessoas idosas.

Não. O que precisamos é construir regras claras e soluções por meio do diálogo com músicos, produtores culturais, bares, restaurantes e moradores. É possível estimular a vida cultural e a economia criativa sem retirar das pessoas o direito ao descanso e ao sossego. Uma das alternativas é incentivar atividades musicais e culturais em áreas adequadas, como o Setor Comercial Sul e outros locais com pouca ou nenhuma ocupação residencial. Assim, podemos criar polos de cultura e entretenimento, movimentar a economia e, ao mesmo tempo, evitar conflitos com quem mora nas regiões residenciais.

Polêmico, mas tem de ser enfrentado se está excessivo ou se ainda está permissivo, com responsabilidade e diálogo. Exige equilíbrio entre o sagrado direito ao descanso e à tranquilidade dos moradores e liberdade de funcionamento de bares, restaurantes, eventos e atividades culturais. Vamos ouvir moradores, empresários e artistas para ratificar ou aperfeiçoar.

Não. O que defendemos é um ambiente com mais segurança jurídica, menos burocracia e condições para a cultura e a economia criativa prosperarem, inclusive com apoio à música ao vivo, bares, restaurantes e casas de espetáculo, sem desconsiderar o direito dos moradores à qualidade de vida.

Vamos fazer audiências públicas e um intenso debate para rediscutir a Lei do Silêncio, ouvindo os moradores, o comércio local e trabalhadores da cultura. Entendemos que a preocupação de moradores é válida em se ter algum limite na intensidade dos sons para que não prejudique o seu sossego, ao mesmo tempo, é válido o argumento dos comerciantes e trabalhadores da cultura que esses limites são muitos rígidos fazendo muitos estabelecimentos serem multados, chegando até a fechar. Com um grande diálogo construiremos uma proposta para equacionar essa situação.

